



## **FOLHA INFORMATIVA ESPECIAL N°04-2011**

# **DEBATE PÚBLICO SOBRE O DESTINO DOS PALHEIROS DA COSTA DE CAPARICA**

Realizou-se no passado dia 5 de Março, pelas 15 horas, no Ginásio da Irmanadora, Cooperativa de Habitação, na Costa da Caparica, uma sessão pública de discussão sobre os Palheiros da Costa da Caparica, promovido pela DGEA da FCT da Universidade Nova de Lisboa. Esta sessão foi anunciada no *site*<sup>1</sup> da FCT como “o primeiro Fórum de discussão com todos os interessados nos Palheiros da Costa da Caparica”.

Naturalmente, a verdade é que este não foi o primeiro Fórum de discussão pública deste tema, uma vez que o primeiro foi organizado no dia 27 de Novembro de 2010: o “Fórum Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular”<sup>2</sup>, que contou com 250 pessoas e com a presença – entre outros – de investigadores reputados, além de autarcas, do coordenador da Comissão da Cultura Avieira a Património Nacional, do Sr. Prof. Henrique Souto – professor e geógrafo da Universidade Nova de Lisboa, do Dr. Mestre António Nabais – presidente da Associação dos Amigos do Tejo, e do sr. Contra-Almirante José Bastos Saldanha - Presidente da Secção de Geografia dos Oceanos, da Sociedade de Geografia de Lisboa, tal como se poderá confirmar através do *link* em rodapé, que também permite o acesso às comunicações apresentadas.

Ao entrar no recinto do evento, verificou-se que nas paredes do lado esquerdo da sala estavam afixadas fichas individuais de cada palheiro com a respetiva foto, uma opção para escolher um nome/descriptor da edificação em causa, entre “Avieiro, Palheiro, Casa de Veraneio e Outros/quais”, consoante as fotos abaixo documentam:

---

<sup>1</sup> <http://www.fct.unl.pt/noticias/2011/03/dcea-avalia-o-valor-cultural-dos-palheiros-da-costa-da-caparica>

<sup>2</sup> <http://www.forumcostadacaparica.org>



Foto 1: Parede do salão, com as fichas de cada Palheiro afixadas na parede



Foto 2: Ficha individual de um Palheiro, com uma proposta de classificação

Na parede oposta estavam afixados três grandes cartazes, cada um com um dos seguintes títulos: Conservar, Porquê/ Não Conservar, porquê/ Propostas, Sugestões.



Foto 3: Cartazes afixados na parede oposta do salão

À entrada da sala foram fornecidos 5 autocolantes redondos, vermelhos, sendo os participantes convidados a escolher as cinco, e apenas cinco, edificações que mais gostassem, além do nome que melhor a pudesse descrever (Avieiro, Palheiro, Casa de Veraneio, Outros – Quais?).

Os participantes, cerca de 50, de imediato consideraram esta metodologia inadequada, não correspondendo ao que fora anunciado como uma discussão pública. Parecia ser uma metodologia que não se compaginava com os resultados referidos como pretendidos, mas que antes pareciam subentender uma escolha preestabelecida de quais os Palheiros que seriam preservados e quais os que seriam demolidos.

Além da metodologia ter sido questionada pelos presentes, de uma maneira fundamentada, a validade do instrumento escolhido foi igualmente questionada, pois não podia ser avaliado desta forma o valor arquitetónico de cada casa, e muito menos o seu valor cultural. Como mais tarde alguns elementos da equipa da FCT acabaram por reconhecer, deveria discutir-se o valor de um conjunto arquitetónico e não uma abordagem fragmentada, casa a casa, perdendo-se com isso a perspectiva fundamental do conjunto arquitectónico.

Foi igualmente questionada a forma como não foi tido em conta o contexto da instalação daquelas casas, nem o seu processo histórico.

Pela assistência, também foi dado relevo ao facto da degradação evidente de algumas delas se prender com a proibição, desde 1991, de qualquer obra de manutenção, não se tendo em conta também os antecedentes do debate deste tema que, como é sabido, começou há alguns meses.

O coordenador da equipa da FCT, perante a reacção dos presentes, começou então por apresentar a abordagem multidisciplinar que norteou a formação da equipa, apresentando individualmente cada membro. A abordagem multidisciplinar proposta foi saudada por todos os presentes, por ser adequada aos objectivos de um trabalho desta natureza e sensibilidade.

Depois desta exposição, foi afirmado pelo líder da equipa de investigadores que os proprietários e os palheiros estão ilegais. A assembleia reagiu de novo desfavoravelmente.

A assembleia teve oportunidade de apresentar argumentos válidos que demonstraram que os factos eram diferentes dos apresentados pela equipa da FCT, nomeadamente a abordagem à legalidade das construções, à complexidade da questão dos palheiros, ao seu enquadramento na cultura dos pescadores, ao seu papel na Costa de Caparica e, de forma mais ampla, na costa atlântica portuguesa.



Foi esclarecido que os Palheiros são todos eles legais, que estão documentados e que os proprietários pagaram todas as taxas, cumprindo o quadro legal que o estado português foi criando para estas edificações, para se concluir que todos os proprietários – bem como as suas casas – estão documentados e legais.

Na continuação dos trabalhos, a equipa conferiu a filiação da Costa da Caparica a Ílhavo, aí esquecendo a influência algarvia, que justifica a especificidade única da comunidade piscatória da Costa da Caparica. Tal facto também foi comentado pela assembleia, evidenciando-se que os proprietários dos Palheiros, presentes na sala, assim como os elementos da associação *A Mar A Costa*, têm da história de todos os Palheiros e da génese da Costa de Caparica o conhecimento correcto que lhes permite defender todo aquele património como único e fundamental para a preservação da memória e da identidade dos caparicanos.

No desenvolvimento do método que levou a equipa da FCT a ser contratada, foi apresentada à Assembleia uma ficha na qual foi proposta a classificação de “Avieiro” para as casas. As pessoas presentes fizeram notar que a associação das casas de madeira à classificação “Avieiro” não era adequada porque ninguém relacionou essas casas com a Cultura Avieira.



Perante a manifesta reacção desfavorável da assistência a esta metodologia, a equipa reformulou a sua abordagem, acabando por tirar algumas notas das intervenções dos presentes, que não deixaram de focar a importância patrimonial e identitária deste conjunto arquitetónico para a memória da Costa da Caparica, no seu conjunto, mas também individualizado, na experiência, por exemplo, dos pescadores – que estiveram presentes – e também de outros residentes, além de visitantes ocasionais e sazonais.

Esta assembleia constituiu-se como mais um exemplo cívico que dignificou os proprietários dos Palheiros, ali presentes, os pescadores também ali presentes e os membros da associação *A Mar A Costa*, que fizeram questão de também apresentar as suas razões e argumentos válidos.

Verificou-se que se deveria ter apresentado uma abordagem com uma diferente metodologia científica, no necessário conhecimento da matéria em discussão, para fundamentar uma decisão, qualquer que seja.

As pessoas apresentaram os seus argumentos e os seus receios de se poder estar a preparar a fundamentação da destruição do património, com base em premissas afastadas da realidade.

Foi sugerido à equipa contratada para ter em conta a realidade que naquela assembleia teve oportunidade de conhecer.

Foi proposto à equipa que também tivesse em conta a forma exemplar como os proprietários dos Palheiros e os membros da associação *A Mar A Costa* apresentaram a sua argumentação, toda ela baseada em provas reais e em vivências testemunhais.



Concluiu-se que se deveria evitar a ideia preconcebida de apenas conservar os Palheiros pelo seu aspecto exterior (quatro ou cinco, como alguém com responsabilidades persistentemente vem defendendo), mas todos os Palheiros que traduzam a história da sua realocação para a Costa de Caparica, puxados ao longo da praia por juntas de bois, na década de 50 do século XX – afinal o conjunto de 45 Palheiros que actualmente subsistem na Praia da Saúde, na Costa de Caparica.

A equipa da FCT acabou por propor aos presentes que enviassem mensagens eletrónicas com as suas opiniões, para poderem estudar e fundamentar melhor o sentimento e as opiniões de todos.

Foi proposta a realização de uma nova reunião, no mesmo local e à mesma hora, no próximo dia 13 de Março de 2011, para dar continuidade ao trabalho de levantamento e de caracterização daquele património histórico por parte da equipa de investigadores da FCT.